

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

Ao vigésimo quinto dia do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, conforme Resolução 075/2020. Deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os **Conselheiros Titulares Governamentais**: Lucimar Pasin Godoy (SESA), Lucélio Helder de Oliveira (SEED); Danilo Buss (SECC); Kelly Letchakowski (SEJUF/DEDIF); Eliete de Souza Vilela (SEEC); Rosane Freitas (SEA); Saul Dorval da Silva (SUDIS); Carmen Zadra (SEJUF/DAS); Eliana de Fatima e Silva (SEED); **Titulares da Sociedade Civil**: Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Regional Paraná); Andressa Gongora Barboza (Aras Maringá); Isadora de França Lopes (Aras Maringá); Ana Sofia (CRP); Rima Awada Zahra (CRP); Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP); Eliette Sant Anna de Oliveira (Pastoral do Migrante Curitiba); Fabricia Laís Pigaini (Caritas Londrina), Marcos Regazzo (Suplente – Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), . **Representantes**: Paula Libera (OIM-ONU), Vitor Jasper (UFPR); Dircinha (SEED); Paula Jimenez (DEFENSORIA/PR) – Catédra Sérgio Vieira de Mello, Levi José Diniz (Pastoral do Migrante de Curitiba), Nadine; Renato Souza Paulo; Gabriela Teixeira; Gabriela Nogarolli; Izabel Araujo Neckel; Janaina Cristiano (FAs); Juliana Tubini (ACNUR); Luana Lubke (R.T./DAS); Malvina Ferreira (2a Regional de Saúde de Curitiba), Isabela Traub (MPPR), Eliete S.Vilela (SGCC) Roselene Sonda (CAOPJDH – MPPR). **1. Abertura**: a presidente deu início à reunião saudando a todos os presentes. **2. Apreciação e Aprovação das Pautas**: pauta aprovada sem novas inclusões. **3. Aprovação das Atas de Novembro e Dezembro de 2020**: atas aprovadas em alterações. O conselheiro Marco Calixto apenas salientou da necessidade de que se conste com maior especificidade nas atas as necessidades de deliberação que ficaram pendentes, a fim de facilitar a leitura e acesso à informação; registrado tal pedido, a presidente tratou que o assunto será abordado pela mesa diretiva. A presidente ainda informou aos novos conselheiros da dinâmica de envio e checagem das atas, explicando que estas não o são lidas durante a plenária para poupar tempo, mas, tão logo, já que são enviadas aos conselheiros, esses têm tal momento em ponto de pauta justamente para se posicionar e tecer seus apontamentos. Atas aprovadas. **4. Apresentação do Vice-Presidente e Secretaria-Geral**: a presidente introduziu o ponto de pauta rememorando que por conta da saída da conselheira e antiga vice-presidente Joice Barbaresco o cargo ficou com vacância a ser ocupada por algum conselheiro Gov., necessitando, assim, que os representantes deste

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

segmento indicassem um nome para tal. Com isso, tendo os conselheiros governamentais se reunido, apresentaram o nome da representação: a SEC Jane informou que por unanimidade o conselheiro Jefferson da SEED fora eleito como novo vice-presidente. A secretaria executiva informou também que o ofício de posse está em trâmite. O novo vice-presidente apresentou-se ao conselho: professor da rede pública estadual e expressiu buscar dar prosseguimento às atribuições da secretaria e do conselho. Adiante, tratou-se sobre a nova Secretária-Geral: a conselheira Ana Sofia agradeceu ao trabalho em conjunto realizado nos últimos 03 anos e informou que não mais estará no CERMA, passando o cargo à Rima Awada, titular e ao Alisson Vinicuis, suplente CRP; registrou que o trabalho de passagem, inclusive o de passagem da titularidade, fora minimamente pensado, procurando pessoas que tratassem do tema da migração. A conselheira Rima agradeceu aos presentes e desde já parabenizou a Ana pelo trabalho realizado no decorrer desse tempo e disse ter ficado honrado com o convite de participar do CERMA; explanou que seu trabalho tem focado o interesse no tema da migração contemporânea, saúde mental e direitos humanos, pautando também através do intercâmbio com seu outro trabalho de autora de literatura infanto-juvenil pela Editora do Brasil, além de ela mesma ser migrante, com dupla nacionalidade, brasileira-libanesa; o conselheiro Alisson também manifestou-se, exprimindo da gratidão em representar o CRP, dizendo que seu jornada no tema da migração passou inclusive da abordagem do tema em sua tese mestrado, além de seu trabalho em diferentes sentidos no contato com os migrantes, sendo, dessa maneira, uma temática que lhe perpassa há anos, por isso, expressou que espera contribuir da melhor forma possível nessa gestão. **5. GT Plano – Orientações e Indicadores:** abrindo o ponto de pauta, a presidente já iniciou o tema dizendo aos que agora chegam ao conselho que este enfrentou muitos desafios internos e estruturais marcados com um peso ainda maior por se tratar de um conselho novo, culminando em problemas de organização, como com as atas e a troca de secretaria-executiva, e tais situações, conseqüentemente, afetaram de modo significativo o Plano Estadual. Contudo, agora se consegue dar um passo significativo nesse sentido, buscando-se a partir de então sua efetivação e avanço. A palavra passou à relatoria do Plano Estadual. Gabriela Teixeira informou que o trabalho do Plano Estadual está sendo encerrado, tendo já sido realizada uma primeira apresentação na última reunião, mas que nesta se encerra tanto o trabalho quanto o GT de Trabalho do Plano. Foram produzidos três materiais, sendo o primeiro o relatório final já apresentado em dezembro, onde estão reunidas as propostas e as ações do Plano Estadual – aproveitou, inclusive, para agradecer a todos que

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

participaram e auxiliaram a construção e a discussão. Assim, exibiu os documentos que faltavam ser concluídos e apresentados, sendo estes documentos de recomendações que foram pautadas e visualizadas como relevantes a serem trazidas à tona: o primeiro documento são algumas recomendações ao CERMA e ao trabalho para o ano de 2021 enquanto os segundo documentos é de algumas recomendações às secretarias – este sendo importante a leitura na íntegra, com votação. Por isso, apresentou tão logo o primeiro documento: informou que se identificou a partir da avaliação que foi feita do último plano algumas problemáticas, sendo uma delas a de poder garantir que as ações do plano estivessem pautadas nas metas orçamentárias das secretarias, o qual já fora acordado, anteriormente, que em 2021 seria sanada com o movimento de se reunir com elas – assim, a sugestão é de que o CERMA organize-se em parceria com as secretarias responsáveis pela implementação de cada resposta e cada eixo, tal qual com os conselheiros de tais secretarias, estabelecendo como objetivo o compromisso orçamentária delas com o conselho. Já a segunda sugestão partiu da ideia de se organizarem oficinas com os técnicos da secretarias, pois, na avaliação do plano anterior, visualizou-se que cada secretaria preencheu a partir de um modelo próprio, o que dificultou sobremaneira o monitoramento das políticas e identificar o que se tem feito; com isso, a oficina com os técnicos que vão preencher as outras partes do plano no sentido de padronizar o trabalho, como também se aproximar desses que atuarão no preenchimento. Pensando ainda no monitoramento das políticas e sua dificuldade, Gabriela continuou dizendo que se buscou entrar em contato com as secretarias, buscar subsídios, obter retorno de como estaria se dando o acesso dos migrantes aos serviços públicos, e se pôde identificar que muitas secretarias não possuíam tais informações, o que, segundo ela, era só a definição simplória e inclusão de um campo nos prontuários de atendimento que especificasse que se tratava dos migrantes, mobilizando os próprios dispositivos. Outra sugestão exposta pela Gabriela, tendo em vista o supracitado no ponto de pauta, é de se organizar um novo GT provisório da comissão de monitoramento de políticas públicas e garantia de direito para que esse grupo pense em uma estratégia, em possibilidades, a fim de se desenvolver uma base de dados atualizada; mais uma ideia demonstrada, seguindo o viés do assunto, de partir de uma pesquisa em parceria do conselho com as universidades, tendo aí outra base informacional quanto ao acesso da população migrante aos serviços públicos, podendo, com esse registro, gerar novas metas e metodologias de ação e atualização dos dados. Ao final da primeira parte da fala, abriu-se inscrição para fala dos conselheiros. O vice-presidente Jefferson solicitou uma cópia dos

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

documentos; Gabriela expressou que estes foram finalizados na semana da reunião, o que ocasionou a ausência de um envio antecipado, mas que será o feito logo após a reunião. O conselheiro Marco Calixto informou que após se ler o plano, que registrou estar muito bem feito, percebeu que no quesito orçamento não se há noção do funcionamento da receita em cima de um conselho, e questionou se isto ficará esclarecido; Gabriela informou que não, pois se trata do plano orçamentário das secretarias estaduais, partindo do conselho tão somente as propostas e as ações; o conselheiro replicou, no entanto, que não existiria previsão orçamentária para estas dentro da realidade da pauta do CERMA, por isso o questionamento; Gabriela esclareceu que o contorno para este embargo consta no plano anterior, onde a apresentação do plano estadual contém a premissa do diálogo em tempo à inclusão das questões no plano orçamentário posterior, ou seja, do próximo ano – nesse sentido, a presidente inclusive rememorou que esse Plano Estadual deveria ter sido apresentado antes haja vista o intuito de participação orçamentária já em 2021, sendo o seu atraso o responsável por essa visualização de inclusão somente em 2022. O conselheiro Marco Calixto prosseguiu sua fala questionando quanto ao sistema comum de cadastramento, se para tal serão usadas as redes do governo ou se no CERMA haverá um departamento que cuidará de toda essa área sistemática de cadastramento; Gabriela pensou que este componente está sujeita à elaboração do novo GT de trabalho, sendo este responsável por averiguar as possibilidades, mas, desde já, opinou que não caberia ao conselho construir um sistema de cadastramento, mas entrar em contato com as secretarias; o conselheiro compartilhou sua vivência opinando que tal formato não funcionaria, carecendo que seja algo ligado diretamente ao CERMA. A palavra passou à conselheira Carmen, que perguntou em relação a orçamento: considerando que o CERMA não tem captação de recursos que ele possa deliberar, mas informou que a política de assistência contém previsões em que constam diversas questões e públicos, logo, prevendo ações com olhar apurado à migração e outras vulnerabilidades – por isso, a previsão orçamentária contempla, mesmo que não esteja focalizado, daí o trabalho do CERMA; em relação à identificação, a conselheira Carmen expôs estar de acordo com a fala do conselheiro Marco Calixto, haja vista a pulverização de informações e banco de dados no país que não dá segurança de se construir políticas públicas assertivas. O conselheiro Saul expressou que no tocante à questão dos dados seria possível o conselho construir um sistema independente, o qual ainda apontou a fiscalização imediata, além da alta demanda das outras secretarias atrapalhando um olhar detalhado. O conselheiro Danilo tratou das previsões orçamentárias para as ações do

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

CERMA, onde expressou que solicitações do conselho para que ações voltadas ao seu interesse sejam concebidas sem necessidade de vinculação de orçamento, pois a inclusão de ações, sem especificidade premeditada, possa atender às demandas do CERMA; sobre tal tema, a Gabriela disse que a questão será observada pelas secretarias na hora de preencher o plano, em um manejo técnico de cada qual. No intuito de adiantar os trabalhos e poder atender às demandas aqui expostas, a presidente apontou o início da construção desse GT de Trabalho já imediatamente, formalizando-o na próxima reunião, discutindo-se também na mesa diretiva. Adiante, Gabriela passou a palavra à Isabela para esta tratar do outro documento, um documento de orientação para as secretarias no momento do preenchimento dos indicadores, que a partir da avaliação do plano anterior fora o ponto mais problemático, conforme supracitado. Tão logo, abordando a orientação, Isabela realizou a leitura na íntegra do documento na plenária, onde consta da definição do conselho e suas atribuições, a elaboração do plano estadual – seus objetivos, diretrizes e funções; estando já preenchido o ponto das ações contidas em cada eixo temático, ainda haveria necessidade de preenchimento da meta (que especificam os resultados previstos em consonância com cada ação) e o terceiro tópico, dos indicadores, um instrumento utilizado como medida de desempenho de determinada ação para fins de monitoramento e avaliação, sua principal finalidade é produzir quantitativa e qualitativamente a meta correspondente – sua definição será realizada conforme as três categorias descritas no documento, em suas especificidades, as quais foram lidas na íntegra na reunião e enviadas aos conselheiros; para preenchimento do material, as secretarias precisariam indicar quem seria a pessoa responsável pela implementação da ação, indicando possíveis parceiros para a realização destas; reforçou a necessidade de observação do prazo e do atingimento da meta definida, indicando se esta continha ou há uma periódica, e por fim a questão do orçamento, identificando se o orçamento virá de convênio ou se possui uma rubrica orçamentária correspondente; o GT também entendeu que seria interessante apresentar um modelo, elaborando três opções para escolha das secretarias (esclarecendo que elas não têm a obrigação de adotar a forma na íntegra, mas que é importante tomá-la como base), variando na escrita com relação às metas e aos indicadores, conformando-se aperfeiçoadamente às necessidades de preenchimento de cada secretaria. Aberta a palavra para discussão, Gabriela complementou que se pensou em enviar as orientações junto ao relatório final onde estão as ações. O conselheiro Marco Calixto parabenizou a excelência do documento, mas tratou de que para sua funcionalidade faz-se necessária uma resenha deste, que significa que cada



**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

departamento tenha esclarecidas as partes de seu trabalho, a fim de tornar o fluxograma realizável, considerando em sua fala a experiência com os entraves da coisa pública. O conselheiro Danilo também parabenizou o trabalho de elaboração do plano e depois levantou o questionamento sobre a possibilidade de extensão do plano estadual para um modelo de política de estado, pois opinou que três anos de validação seria um prazo curto, o que traria consigo segurança jurídica. O conselheiro Renato questionou quem do conselho seria o responsável pela averiguação do andamento do plano e sugeriu, voltando ao assunto dos cadastros, a criação de um portal onde todas as organizações pudessem estar cadastradas e se pudesse realizar ali mesmo o cadastro de atendimento, observando-se as procedências da lei de segurança de dados; para tal, Gabriela pediu que o conselheiro integre o futuro GT que está para se construir tratando das pendências do plano, e respondeu que o monitoramento é realizado, conseqüentemente, pela comissão de monitoramento do Conselho. Por fim, a conselheira Elizete destacou a riqueza das discussões que estão sendo levantadas no conselho, sonhando que um dia os migrantes possam discutir sobre o tema, construindo o processo com amadurecimento. Com todas as questões expostas, e pautando as necessidades referentes ao plano, o **Parecer do CERMA** quando à criação de um no GT de trabalho fora de **aprovado**. **6. GT Nova Esperança:** Isabela deu sequência à pauta contextualizando acerca da medida liminar que fora concedida no meio para o final do ano passado (2020) para a reintegração de posse de um terreno em Campo Magro onde está a ocupação Nova Esperança, que conta com aproximadamente 5 mil pessoas – sendo sua maioria crianças e alguns migrantes e refugiados. Explanou que como apoio do MP fora possível conseguir a suspensão dessa medida liminar, e atualmente aguarda alguns relatórios e partes processuais. Haja vista a imprecisão das informações, como a imprecisão do número de migrantes lá presentes, o conselho percebeu a necessidade de se criar um GT específico para acompanhar as ações que estavam sendo feitas na ocupação e verificar a melhor maneira que o conselho poderia conduzir sua ação no sentido de agir em prol da garantir de direitos e efetivação das políticas públicas desses migrantes. Tão logo, chegou ao grupo diversas informações de intervenção no local, como o projeto de se construir lá uma cozinha, uma biblioteca e ademais; contudo, além disso, foram relatadas também situações em relação à violação dos direitos humanos, como o impedimento dos refugiados em ter acesso aos benefícios que lhe são de direito quanto à saúde, assistência, acesso às escolas e outras questões. Por isso, fora traçado o objetivo inicial do GT e seus encaminhamentos: como primeiro objetivo, o papel do grupo de trabalho de realizar o acompanhamento

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

judicial e extrajudicial do processo que envolve a ocupação – como forma a atuar na garantia de direitos, especialmente considerando o contexto pandêmico e a possível realocação dessas pessoas. Acontecendo a primeira reunião desse GT, Isabela expôs os pontos que foram estabelecidos enquanto encaminhamentos: num primeiro momento, realizar-se o levantamento das coordenações da comunidade que se encontram na ocupação a fim de se agendar uma reunião online, onde serão levantadas as dificuldades e as violações que estão acontecendo na ocupação, precisamente com relação aos migrantes, para que a partir de então possa-se saber como conselho como interferir e auxiliar. O GT também enviou alguns ofícios para as secretarias municipais de saúde, educação e assistência social do Município de Campo Magro para poder saber justamente quantas pessoas, entre migrantes e refugiados, se encontram lá, não apenas na ocupação supracitada, a fim de ter em vista quantas são as beneficiadas pelos serviços condizentes com cada linha, e saber também se os servidores atuantes na linha de frente têm algum tipo de capacitação para tal; o GT enviou ainda um ofício a OIM, que no final do ano passado realizou uma ação na ocupação envolvendo doação de cestas básicas, a título de saber justamente como se deu a ação, sua receptividade e o número de migrantes que foram cadastrados naquele momento; por fim, alguns ofícios destinados à Defensoria Pública, que tem atuado bastante na área e no processo, também no intuito de conhecer o número de migrantes e ações realizadas. Considerando o encerramento do cadastramento, as ações futuras devem prever a realocação e condução dessas pessoas; é de interesse do CERMA ainda estar inteirado de todas as futuras situações que envolvessem migrantes e refugiados, por isso, exprimiu isso nos documentos de comunicação. O GT ainda envolveu na participação o CEAS, o CEDCA e o DAS. No intuito de trazer aprimoramento na abordagem de situações similares a esta, o grupo de trabalho propôs a criação de um ‘Webinar’ em que seja apresentado o que é uma ocupação e como as instituições podem auxiliar as pessoas que lá se encontram – a proposta de realização será aperfeiçoada, formalizada e estruturada antes de ser enviada ao conselho. A Isabela esclareceu que o intuito da reunião no modelo virtual diz respeito ao contexto pandêmico, ainda mais potencializado sua gravidade com o aumento dos casos. Quanto à proposta de entrega de cestas básicas, comentou da ideia de se integrar à entrega as pessoas não-migrantes que compõem a ocupação, a fim de evitar o mal estar entre estas – sobre o tema, a presidente jogou luz à necessidade de manter uma coexistência harmoniosa. Com relação ao impedimento ao acesso das crianças da ocupação a matrícula nas escolas, o que fora relatado nesse íterim inclusive com a Nadine, integrante do GT,

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

expondo que as pessoas têm acesso à vaga somente quando registram não morar na ocupação, a Dra. Paula, da DP, solicitou tais informações de forma completa a fim de entender onde se situa a violação da política pública para pode intervir. Encerrando a exposição, a conselheira Elizete reforçou a importância dos conselheiros que atuam na ponta levaram pautas como estas ao CERMA. 7. Informes (novos representantes): a Sec. Jane relatou os informes da Secretaria Executiva: Substituições Sociedade Civil e Gov.: Gov.: Secretaria da Comunicação Social e da Cultura – SECC/PR: DANILO PERES BUSS, como conselheiro titular, em substituição a ELIETTI DE SOUZA VILELA - ELIETTI DE SOUZA VILELA, como conselheira suplente, em substituição a LUIZ CARLOS BRUGNERA. Secretaria de Estado da Saúde – SESA: ROSANE SOUZA FREITAS, em substituição a ELAINE CRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA. Casa Civil/SUDIS: SAUL DORVAL DA SILVA, RG nº 4.393.649-2, como Conselheiro Titular, em substituição a DENILTO LAURINDO; TIMÓTEO BORGES DE CAMPOS, RG nº 4.945.448-1, como Conselheiro Suplente, em substituição a CLAUDIR VOLNEI NOWOTNY. Secretaria de Estado da Educação e Esporte SEED/PR: ELIANA DE FÁTIMA E SILVA VIEIRA como conselheira titular, em substituição a JOICE BARBARESCO; LUCÉLIO HELDER CHERUBIM como conselheiro suplente, em substituição a Rosineide Frez; Soc. Civil: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-PR: TAÍSA DA MOTTA OLIVEIRA, como Conselheira Suplente em substituição a ELZA MARIA CAMPOS; Conselho Regional de Psicologia – CRP/PR – EM TRÂMITE: RIMA AWADA ZAHRAR, como conselheira titular, em substituição a ANA SOFIA GUERRA. ALISSON VINÍCIUS SILVA FERREIRA como conselheiro suplente, em substituição a CÉSAR ROSÁRIO FERNANDES. - Justificativas de Ausência: não houve justificativas. - Correspondências: Ofício MPF Nº1178/2020 – Inquérito Civil. Protocolos: 17.363.135-9 – Copedh. Convites: não houve convites. Adiante nos informes, a conselheira Luana expôs que fora encaminhado à DAS uma situação referente a uma criança venezuelana que estava em Boavista, enquanto seu pai estava em Sarandi, interior do Paraná, que procurou o Conselho Tutelar do Município para levar a criança até ele - o pai registrou a história dizendo que havia se deslocado para o Brasil anteriormente, vindo sua família, a criança em questão, logo após com sua madrinha, tendo todos os documentos necessários para tal, contudo, ao chegar no Brasil, a criança, a madrinha e as demais pessoas que se encontravam com elas ficaram em situação de rua, impossibilitadas de prosseguir, além do fato de que a criança tem doença neurológicas que não facilitam seu deslocamento; enquanto departamento, o DAS iniciou tratando diálogo com o município de Sarandi e com Boavista, além de estabelecer



**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

contato com demais possibilidades de articulação; assim, na ausência de recursos pra questão, entrou-se em contato com a ACNUR, para que essa pudesse auxiliar a criança e sua madrinha, mas o desfecho do caso deu-se com o pai conseguindo através de seus próprios meios indo até ao encontro da criança e resgatando-a; sobretudo, a DAS registrou a dificuldade de fluxo para temas como este, além da ausência de informações sobre como proceder; o pai continuará sendo assistido pela PAEF de Sarandi, pelo CRES e pelo Conselho Tutelar; assim, a sugestão de elaboração de um documento orientativo para situações similares, o qual a presidente apontou como atribuição conjunta à gestão de informação, além, evidentemente, da conselheira Luana e a conselheira Carmen, que realizou uma fala profunda sobre o papel da assistência em agir com imediatismo em assuntos iminentes como esse. Posteriormente, ainda nos informes, o conselheiro Calixto informou que atendeu um jogador de futebol da primeira divisão da Venezuela que estava sem receber salários, agora, aguardam uma possível resposta positiva sobre sua contratação; e informou também ganhou mais 02 casas para acolhida de refugiados, ampliando seu acolhimento que havia sido afligido pela necessidade de um fechamento há pouco. A conselheira Elisete informou ainda que a embaixada do Haiti está em Curitiba desde o dia 22 de Fevereiro de 2021 realizando a confecção e renovação de passaportes de haitianos e suas famílias no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba, tendo já 800 pessoas inscritas, o qual dialogam também para realização deste em mais partes do Brasil. **Encerramento:** após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha, do DEDIF/SEJUF. **Encaminhamentos:** conforme solicitado pela mesa diretiva, seguem especificados os encaminhamentos da reunião: sobre o Plano Estadual: 1) reunir-se com as secretarias, juntamente aos conselheiros representantes destas, para tratar da inclusão das demandas do CERMA em seus planos orçamentários, 2) a realização de oficinas com as secretarias para modelagem dos modelos de preenchimento para monitorar como está se dando o atendimento e 3) nomeação e formalização do novo GT que monitorará o andamento do Plano Estadual do CERMA; sobre a Ocupação Nova Esperança: 1) identificar as lideranças do local e solicitar a estas uma reunião online, 2) prever a condução e realocação destas pessoas, 3) realização do 'Webinar' em que se esclareça o que é uma ocupação e como os demais conselhos e departamentos podem intervir no sentido de auxiliar estas pessoas e 4) entrega de cestas básicas para ocupantes (migrantes ou não); da DAS: 1) sugestão de produção de encaminhamento que esclareça qual

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

procedência deve ser tomada em situação emergências como o custeio de transporte a uma criança afastada seu pai (exemplo do migrante do município de Sarandi relatado nos informes). Apresente ata foi gravada e redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha e revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques do DEDIF, e após aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do CERMA.